



Recebido em 18/12/2024
Aceito em 27/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56516

ARTIGO

Escrita biográficas e suas fontes: reflexões sobre o acervo do Barão do Rio Branco¹

Biographical writing and its sources:
reflections on the collections of the baron of Rio Branco

Elizabeth Santos de Carvalho

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0005-8045-1542>

RESUMO: Sem perder de vista a amplitude e as modulações do “espaço biográfico”, considero o arquivo pessoal e a biblioteca particular como fontes para a escrita biográfica centrada na trajetória intelectual. Partindo dessa premissa, examino a relevância do acervo particular do barão do Rio Branco para a análise dos textos que produziu, aprofundando reflexões em torno da composição e organização do seu arquivo e apresentando considerações acerca da sua coleção de livros. Esta análise não se restringe aos itens separadamente, mas busca evidenciar a relação que preservam com o conjunto ao qual pertencem. O que permite trabalhar aspectos do contexto de produção desses conjuntos documentais e possibilita a concepção desses itens como fragmentos de vida. Desse modo, o artigo visa intensificar a troca de conhecimentos entre diferentes áreas do saber, a fim de promover um uso mais crítico dessas fontes, seja em estudos biográficos, de história intelectual ou em outras abordagens possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Barão do Rio Branco. Arquivo Pessoal. Biblioteca particular.

ABSTRACT: Without losing sight of the breadth and modulations of “biographical space”, I consider the personal archive and the private library as sources for the biographical writing centered on the intellectual trajectory. Based on this premise, I examine the relevance of the Baron of Rio Branco’s private collection to analyse the texts he produced, deepening reflections on the composition and organization of his archive and presenting considerations about his book collection. This analysis is not restricted to the items separately, but seeks to highlight the relationship they maintain

¹ O presente artigo apresenta reflexões que derivam da tese de doutorado defendida em abril de 2024, ver Carvalho (2024). Agradeço a colaboração das equipes do Arquivo e da Biblioteca Históricas do Itamaraty, pelo auxílio prestado à pesquisa, inclusive com a indicação de catálogos utilizados neste trabalho.

with the group to which they belong. This allows the investigation to focus on aspects of the production context of these documentary sets, and enables the conception of these items as fragments of life. In this way, the article aims to intensify the exchange of knowledge between different areas in order to promote a more critical use of these sources, whether in biographical studies, intellectual history or other possibilities.

KEYWORDS: Baron of Rio Branco. Personal Archive. Private Library.

Introdução

Desde as “Vidas Paralelas” de Plutarco, as narrativas biográficas têm assumido contornos diversos. Se o interesse pelo outro permanece uma constante ao longo do tempo, as formas de narrar vidas e os personagens eleitos passam por contínuas variações. Mudam as perspectivas de análise, assim como os recursos discursivos mobilizados. A biografia se configura, então, como um campo de experimentações, onde a relação com a escrita da história apresenta aproximações e distanciamentos.

Diante da busca pela cientificidade marcante do Oitocentos e da valorização de forças coletivas, em um novo regime de historicidade – que passou a olhar mais para o futuro, sendo, inclusive, forma de dar sentido ao passado, o gênero biográfico afastou-se dos núcleos de maior prestígio da historiografia. Nesse momento, a biografia ficou mais restrita a produções de menor visibilidade dentro do campo da história, “admitida apenas como gênero acessório, mas fundamental na implementação da pedagogia cívica e patriótica das nações em construção” (Schmidt, 2012, p. 191). O espaço mais promissor encontrado em obras de literatura resultou em uma produção vigorosa neste campo. Já na década de 1980 essa dinâmica foi alterada e aquele que foi considerado um “gênero impuro”, mais uma vez, se aproximou como forma legítima de escrever e compreender a História (Schmidt, 2012, p. 192).

Das tensões que permeiam esta imbricada relação, as pesquisas centradas em trajetórias e histórias de vida enfrentam alguns desafios relativos às fontes utilizadas. Por vezes, é necessário lidar com a carência, ou mesmo a ausência, de documentos pessoais. Em outros casos, um volumoso arquivo desafia o pesquisador, que precisa equacionar seus objetivos e o tempo disponível.

A fim de ampliar o debate em torno do tema, o presente artigo aprofunda a análise da formação e tratamento desses conjuntos documentais, partindo da experiência com o acervo do barão do Rio Branco. A quantidade expressiva de documentos e publicações reunidas pelo antigo chanceler caracteriza uma das dimensões do que denomino ‘desafio Rio Branco’. Ou seja, uma das dimensões do

“desafio biográfico” (Dosse, 2009) de um estudo dedicado ao barão. O universo de notas e apontamentos de pesquisa presentes no arquivo pessoal e na biblioteca particular do biografado constitui um dos desafios enfrentados por uma proposta biográfica que visa traçar o perfil intelectual do personagem.

Desse modo, pretende-se enriquecer as discussões por meio do diálogo entre pesquisadores que, nos anos de 1990, contribuíram com trabalhos sobre os arquivos pessoais e a escrita da história, e estudos mais recentes que oferecem novas perspectivas de abordagem. A reflexão sobre a construção de histórias de vida através da documentação, como defendido por autores como Contardo Calligaris, Priscila Fraiz e Heloisa Bellotto, é fundamental para entender como os arquivos pessoais não apenas conservam vestígios materiais, mas também são instrumentos de autoconstrução e invenção de sentidos sobre a vida e a obra de seus proprietários. Nesse contexto, a manutenção da ordem original dos documentos e a preservação dos registros que documentam como esses acervos foram constituídos e organizados, torna-se essencial para evitar a perda de nuances autobiográficas e garantir que seja possível recuperar o processo de construção institucional do perfil atribuído ao titular.

Este trabalho busca, portanto, examinar as complexidades envolvidas na utilização de arquivos pessoais e das bibliotecas particulares como fontes para a escrita da história, considerando as implicações dessas práticas para a produção de conhecimento histórico, as metodologias de tratamento e as questões relacionadas ao manuseio e à interpretação de documentos que falam da intimidade e da subjetividade de indivíduos históricos.

Fontes para a escrita biográfica: a constituição e organização dos arquivos pessoais

Estudos dedicados aos arquivos pessoais e às bibliotecas particulares avançaram nas últimas décadas, estabelecendo diálogos importantes entre diferentes campos. As reflexões de historiadores sobre esse tema atingem um marco importante nos anos de 1990, como veremos mais adiante. A interdisciplinaridade está presente desde o tratamento técnico até a análise desses materiais (Bellotto, 1998). Este aspecto não pode ser dissociado do crescimento dos estudos biográficos, que marcou a historiografia a partir da década de 1980. O aumento da busca por documentos pessoais pode ser relacionado à descoberta e/ou à valorização de novos conjuntos documentais, além do crescimento de reflexões em torno do tratamento dos acervos (Gomes, 1998).

Em trabalho de referência para os estudos biográficos, Leonor Arfuch ressaltava certa obsessão em guardar e preservar variados registros de vida, que multiplicaram os itens pessoais em instituições de guarda. Este é o caso de diários, cartas, depoimentos, fotografias e tantos outros elementos, das mais variadas características. Tentando lidar com as potencialidades da escrita biográfica e suas dimensões, diante desse universo plural e da impossibilidade de limitá-las a gêneros literários específicos, a autora recupera a expressão “espaço biográfico” de Philippe Lejeune, de modo que o termo espaço remete a uma concepção ampla, sem fronteiras estanques. Ou seja, trata-se de uma concepção fluida, sem demarcações rígidas que restrinjam seus elementos constitutivos, permitindo agregar diferentes formas de narrar vidas. Assim, a noção de espaço biográfico corresponde a um horizonte de inteligibilidade e não a um mero somatório de gêneros (Arfuch, 2010).

Os objetos pessoais se configuram como fontes privilegiadas na busca por vestígios que possam auxiliar as formulações sobre um determinado sujeito. Chegam a ser considerados quase como um portal de acesso a esse passado que se pretende recuperar, como peças de um mosaico multifacetado. Esse material é utilizado como caminho para um mergulho no universo alheio, como forma de conhecer e prefigurar um eleito (Dosse, 2009). Nesse sentido, diferentes trabalhos contribuem com reflexões em torno do biográfico. Além de Leonor Arfuch, outros autores, a partir de perspectivas distintas, têm empenhado esforços para lidar com projetos biográficos, como François Dosse em seu trabalho “O desafio Biográfico”, publicado originalmente em 2005.

Os itens reunidos em arquivos e bibliotecas particulares destacam-se como fontes por excelência da escrita biográfica. Conjuntos acumulados ao longo da trajetória, agrupam registros de uma vida, por vezes amontoados e guardados no transcorrer da rotina, ou até mesmo sistematicamente organizados (Calligaris, 1998, p. 46). Seja pelo acúmulo, em função das atividades desempenhadas, ou pela vontade de guardar, são produtos de escolhas, recortes de um existir documentado. Com intenção ou não, acabam formando os arquivos pessoais. O que resulta nesses arquivos é fruto de repetidas seleções, triagens “guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias” (Artières, 1998, p. 21). Esse processo imprime aspectos marcantes sobre o titular, assim como silêncios, o que, muitas vezes, acaba sendo reproduzido nas biografias dedicadas às histórias de vida desses indivíduos, construídas a partir dessa documentação.

A revalorização do indivíduo na história e a retomada da escrita biográfica pela historiografia, progressivamente a partir da década de 1980, levou ao já mencionado descobrimento dos arquivos pessoais pelos historiadores, conforme discutido por Ângela de Castro Gomes (1998).² Em seu texto “Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados”, a autora trata da composição e do caráter dos documentos que constituem esses arquivos, ressaltando que, a princípio, esses itens não teriam sido produzidos para serem divulgados, para o conhecimento público, mas como parte da vida privada, como elemento da intimidade, onde seria possível conhecer ‘de fato’ aquele indivíduo. Trata-se de uma documentação imbuída de um fascínio, que se imaginava ser capaz de revelar uma ‘história verdadeira’. Esse aspecto acaba por conferir o encantamento denunciado no título. Para além das potencialidades dessas fontes, a autora sinaliza uma crítica necessária. O feitiço, como qualifica Ângela Gomes, está posto para os pesquisadores nos contornos dos arquivos pessoais que se revelam aos seus olhos como “ilusão da verdade”. A ideia de ter acesso à intimidade, a uma suposta verdadeira face desses personagens, acaba por fabricar ilusões, que atravessam o caminho do historiador dedicado à escrita biográfica.

Entre o recolhimento ou a aquisição, o processamento e a disponibilização dos documentos aos pesquisadores, há inúmeras operações que intervêm nesse conjunto documental. É necessário que essas ações sejam registradas e preservadas de modo que seja possível recuperar a organicidade, o vínculo do titular com a constituição desse acervo.³ Aspecto que deve ser considerado tanto para os arquivos quanto para as bibliotecas.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que abriga na seção de Manuscritos mais de 200 coleções particulares, fornece bons exemplos sobre a questão. O histórico da coleção de José Carlos Rodrigues evidencia a importância de tais informações (Perez, 2018, p.349-353). Ainda em vida, o antigo proprietário do *Jornal do Commercio* leiloou seu acervo, o qual incluía sua valiosa biblioteca. O conjunto foi arrematado por Júlio Benedito Ottoni, que doou todo o lote para a instituição, garantindo assim que não fosse desmembrado. Dada a diversidade deste acervo, os itens foram destinados às seções de acordo com suas

2 A “Revista Estudos Históricos”, editada pela Fundação Getúlio Vargas em 1998, reúne os artigos apresentados no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em novembro do ano anterior. Nela encontram-se contribuições de profissionais de diversas áreas que compartilham o interesse pelos arquivos pessoais, um exemplar da intensa relação entre esses conjuntos documentais e as biografias que se multiplicavam.

3 O princípio de organicidade refere-se à característica do documento, determinado por sua proveniência, de modo que evidencia aspectos do produtor (estrutura, funções e atividades) em suas relações internas e externas (Arquivo Nacional, 2019, p. 11).

características, registrando-se as devidas remissivas. A biblioteca de Ramos Paz, analisada por Tânia Bessone no seu trabalho “Palácio de destinos cruzados”, é um caso similar. Graças aos esforços de amigos do bibliófilo, como Capistrano de Abreu, sua coleção não foi dispersa, tendo sido adquirida em leilão por Arnaldo Guinle que, em seguida, a doou à Biblioteca Nacional (Bessone, 1999, p. 141-176).

A publicação do guia de coleções da seção de Manuscritos fornece um importante panorama, apresentando histórico e informações de arranjo e descrição das coleções que detém. Contudo, há casos de carência de registros do processo de aquisição e tratamento inicial, o que dificulta o processamento e a análise da documentação, além de diluir aspectos da dimensão autobiográfica. Seja no caso das bibliotecas particulares ou dos arquivos pessoais, a ausência desses dados acarreta a perda da orientação do titular sobre seu acervo e a consequente prevalência da organização atribuída pela instituição. Ou seja, aspectos da autoimagem esmaecem (como o titular escolheu guardar, preservando-se apenas o que escolheu guardar) e uma representação biográfica institucional acaba sendo fixada através do arranjo elaborado.

O preceito de manutenção da ordem original dos documentos pode conferir ainda mais densidade à dimensão autobiográfica do arquivo pessoal. É o caso do arquivo de Gustavo Capanema, analisado por Priscila Fraiz (1998). Além da preocupação em reunir e guardar, Capanema se esforçou em organizar de forma sistemática seu próprio arquivo, deixando, inclusive, muitos registros desses esforços, como planos de classificação e propostas de arranjo. No desafio de analisar esse conjunto documental, Priscila Fraiz se vê diante da vontade expressa de ordenar e organizar esse universo documental, podendo tanto o ato de reunir como o impulso por ordenar estarem ligados diretamente à vontade declarada pelo titular de produzir suas memórias. É nesse sentido que a autora considera o arquivo particular de Gustavo Capanema um “projeto de construção autobiográfica” (Fraiz, 1998, p. 61).

Ao analisar em paralelo o arquivo e os esboços deixados pelo titular, Priscila Fraiz observa que no mesmo viés da coleção, que retém de forma fragmentária um tempo passado, os escritos de Capanema são recortes na tentativa de criar um sentido para sua trajetória, pautado no perfil do homem de Estado. Em sua conclusão, a autora defende que a escrita das memórias não se consumou, mas seu espaço autobiográfico se configurou no próprio arquivo, na produção de sentido para sua vida a partir da ordenação dos documentos.

De diferentes maneiras, os estudiosos tratam da intencionalidade presente nesses documentos e das construções de ‘personagens pessoais’. Construções de imagens de si, para si e para os outros. Representações que podem assumir formas diversas, tanto pelos documentos pessoais como no seu próprio processo de acumulação (Gomes, 1998, p. 126).

Nesse sentido, Contardo Calligaris, em seu ensaio “Verdades de autobiografias e diários íntimos”, discorre sobre a construção de si através dos documentos e do próprio arquivo pessoal como “atos autobiográficos”. Localizando as especificidades desse conjunto documental na sociedade moderna, o autor defende que “Falar ou escrever de si - como reparou Foucault (1976) - é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito - subordinada à sua sinceridade” (Calligaris, 1998, p. 45). Não é demais lembrar que a verdade permanece como aspiração e redundante em ilusão, e, neste caso, especificamente, na conhecida e amplamente discutida “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1998).

Os textos de Ângela Gomes, de Priscila Fraiz e de Contardo Calligaris estão fundamentados no mesmo princípio de que os arquivos são também formas de elaboração de si. Destaca-se a afirmativa de Calligaris sobre esses documentos, em especial os diários dos titulares dos arquivos pessoais, onde ele afirma que: “Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade. O ato autobiográfico é constitutivo do sujeito e de seu conteúdo” (Calligaris, 1998, p. 49).

Da mesma forma, Heloisa Bellotto aponta os questionamentos de Terry Cook sobre a aplicabilidade dos preceitos da arquivologia aos arquivos pessoais, tal como a questão do contexto de produção dos documentos. Ao desconstruir o pressuposto da imparcialidade dos documentos e dos arquivistas, o arquivo pessoal e os arquivos públicos podem ser considerados a partir de “um foco teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva” (Bellotto, 1998, p. 204). Estas questões estão localizadas no amplo debate em que o arquivo não corresponde à ideia de um depósito de fatos, ou materialização do passado, mas sim à concepção do arquivo como agente e “parte do processo de construção de discurso sobre o passado” (Heymann, 2012, p. 23). Reflexões que consideram tanto os procedimentos de constituição desses arquivos quanto seus tratamentos técnicos posteriores.

Feita as ressalvas quanto aos perigos do ‘feitiço’, cabe ressaltar aspectos da composição dos arquivos pessoais. Os gêneros e formatos documentais

encontrados são variados. Eles podem ser textuais, filmográficos e sonoros, iconográficos, cartográficos e digitais, tais como: esboços e textos; notas de pesquisa; correspondências; fotografias; postais; fitas de VHS, base de dados, entre tantos outros. Em muitos casos, a correspondência destaca-se como um documento característico desses acervos, representando um volume expressivo.⁴

Nota-se que a correspondência constitui um lugar de diálogo, um espaço rico de registros de sociabilidades. Através dessas cartas é possível conhecer relações estabelecidas pelo titular, por onde são discutidas ideias, transitam impressões e confissões, amizades são criadas ou até mesmo desfeitas. Essa documentação pode apresentar informações preciosas sobre posições políticas e afetivas e os possíveis deslocamentos nesses dois sentidos. Ao se referir à comunicação epistolar da elite cultural, Ângela Gomes observa: “a correspondência é lugar de sociabilidade: é lugar de troca de ideias, de construção de projetos, de amores e de ódios e por fim, mas não em último lugar, de pedir emprego, porque intelectual geralmente é pobre, mas é ambicioso” (Gomes, 1998, p. 124).

Em arquivos de personagens que se destacaram pela produção intelectual, por exemplo, é comum encontrar, em sua correspondência, registros de redes de cooperação de pesquisas. Era comum que as cartas levassem solicitações e remetessem informações, muitas vezes acompanhadas de livros e outras publicações relativas aos interesses de estudo compartilhados pelos interlocutores. Somam-se ainda a esses acervos notas avulsas e apontamentos de pesquisas. Vestígios dos estudos, onde podem estar preservados os manuscritos de uma obra com correções e supressões, coleta de dados e esboços de projetos incompletos ou não executados. Registros que auxiliam nas reflexões sobre suas escolhas e sobre seu processo de produção. A utilização de arquivos pessoais em trabalhos dedicados ao processo de criação de determinadas obras e seus autores é um dos temas analisados por Thiago Nicodemo e Paulo Iumatti em artigo que reflete sobre o uso dessas fontes e a escrita da história no Brasil (Iumatti; Nicodemo, 2018).

Os documentos que constituem o arquivo pessoal devem ser mantidos, sempre que possível, na ordem em que foram criados e congregados para que o conjunto não perca características fundamentais. O tratamento do arquivo pessoal implica conhecer a vida e a obra do titular, em função da qual o conjunto

4 Essa característica se aplica de maneira sistemática aos acervos reunidos antes da ampla disseminação de ferramentas tecnológicas – como o correio eletrônico, quando a correspondência era um meio usual de comunicação.

documental se constitui (Barros; Tognoli, 2011, p. 68). Portanto, a manutenção da ordem, conforme as atividades e a produção do titular, garante o sentido original e contribui para imprimir a dimensão autobiográfica. O desafio em lidar com os arquivos pessoais reside na complexidade dessas relações. Para além de mera ordem de produção, essa organização é subjetiva, está diretamente relacionada às atividades e interesses de um indivíduo. Encontrar as relações dessa imbricada rede de registros e memórias depende, inclusive, do conhecimento do contexto e dos interesses do seu produtor (Bellotto, 2007). As questões relativas ao histórico e formação desses conjuntos documentais podem fornecer dados importantes para o pesquisador que se lança ao desafio biográfico.

Rio Branco: uma proposta biográfica e suas fontes

A partir das reflexões acerca da constituição e da organização dos arquivos pessoais, apresento considerações sobre o acervo do barão do Rio Branco, alinhadas à formulação de uma proposta de escrita biográfica que confere destaque à sua trajetória e produção intelectuais (Carvalho, 2024). Esta análise não pretende se restringir aos textos que produziu; ela dialoga com seus percursos e com o seu material de pesquisa, o que inclui sua biblioteca particular, assim como sua correspondência, cadernetas de anotações, e até mesmo os projetos inacabados. Abordagem que evidencia a relevância do acervo que reuniu e das relações entre os itens que os compõem.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco (1845-1912), ganhou notoriedade como encarregado da defesa do Brasil em arbitragens internacionais. Primeiro, com a questão de Palmas, em 1895, que definiu a fronteira com a Argentina e, logo depois, em 1900, com a questão do Amapá, que definiu a fronteira com a Guiana Francesa. Os laudos favoráveis ao Brasil lhe garantiram grande projeção e prestígio, sendo considerados marcos na sua trajetória. Por conta dessa repercussão, Rio Branco foi convidado, em 1902, pelo então presidente eleito, Rodrigues Alves, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, tendo permanecido na gestão da pasta até sua morte, em 1912. A maioria dos trabalhos dedicados ao barão traça o perfil de um homem de Estado, centrado justamente na sua atuação a partir de 1893.⁵

⁵ Da ampla bibliografia dedicada ao barão do Rio Branco, destaco os três trabalhos de maior fôlego: “Rio Branco (biografia)”, de Álvaro Lins (1945); “A vida do barão do Rio Branco”, de Luiz Viana Filho (1959); e “Juca Paranhos: o barão do Rio Branco”, de Luís Cláudio Villafañe Gomes dos Santos (2018).

Esse personagem, que passou a ser identificado como o ‘definidor do território nacional’, ou, para usar uma expressão de Rui Barbosa, como o *Deus Terminus* das fronteiras, é definido primeiramente pela erudição, considerado um ‘grande conhecedor da história e da geografia do Brasil’. Na verdade, essa característica aparece entre os argumentos que justificaram a sua indicação para as missões de arbitragem e, depois das vitórias, foram ainda mais enaltecidas – ou seja, essa faceta foi associada ao longo da sua trajetória, tendo maior ou menor projeção, e foi posteriormente ressaltada pela escrita biográfica.

O momento mais profícuo da sua produção intelectual, contudo, corresponde ao período anterior, compreendendo os anos de formação, o começo da sua atuação política e a fase inicial da sua carreira diplomática. O interesse pelos estudos históricos resultou nos primeiros textos que publicou na década de 1860, levando ao ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1868. Na mesma época, estreou na imprensa e passou a explorar as diversas possibilidades oferecidas pelo trabalho como periodista, aliando a pesquisa histórica à escrita combativa das folhas partidárias.⁶ Ao longo desses anos, planejou escrever obras históricas que almejava publicar.

A mobilização para a aquisição dos bens do barão do Rio Branco pelo governo brasileiro, em 1913, um ano após a sua morte, garantiu que o seu acervo fosse preservado em uma única instituição: o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O que evitou o desmonte, comum a tantos outros acervos, como foi o caso da biblioteca de seu pai, o visconde do Rio Branco, e de seu amigo, Eduardo Prado (Bessone, 1999). Da mesma forma, a aquisição contribuiu para a preservação da memória desse personagem, cuja representação como mito político foi fortemente vinculada à memória do Itamaraty.

A natureza diversa dos bens fez com que o acervo fosse distribuído e mantido por diferentes setores do MRE. Os livros foram encaminhados para a biblioteca, documentos e anotações para o arquivo, mapas e desenhos para a mapoteca e mobiliário e obras de arte destinados ao museu no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. A maioria desses objetos estava na casa de Rio Branco, na rua Westfália, em Petrópolis, conforme descrito na avaliação anexa à documentação de aquisição dos bens.⁷

6 Os primeiros textos redigidos por Rio Branco são os artigos sobre o capitão de Fragata Luís Barroso Pereira (1862), “Episódios da guerra do Prata” (1864) e o esboço biográfico do barão do Cerro Largo (1868). No mesmo período, contribuiu com a revista francesa *L'Illustration* (1865-1868) e no Recife participou do jornal *O Vinte e Cinco de Março* (1865-1866).

7 A relação de bens da casa do Barão do Rio Branco, na antiga rua Westfália, 279, em Petrópolis, faz parte do processo de aquisição dos bens do Barão do Rio Branco pelo governo brasileiro, ver

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1913, constam informações da aquisição. Os móveis, assim como as gravuras, mapas e pinturas a óleo, devido ao valor pecuniário mais evidente, foram detalhados. Já os itens da biblioteca, os papéis e documentos foram citados de forma genérica como “um lote de caixas para manuscritos” e por duas vezes mencionados “um grande lote de livros diversos” (Ministério das Relações Exteriores, 1913, p. 24). O mobiliário do escritório, organizado em dois ambientes, sugere o volume expressivo dessa parte do acervo, como é possível observar nos seguintes itens do referido documento: “111-Uma papeleira grande de canella / 112-Uma estante giratoria de canella [...] 118-Quatro estantes para livros, de ferro [...] 121-Uma armação de canella para livros / 122-Uma papeleira de canella com 12 gavetas [...] 125-Uma estante de ferro para livros” (Ministério das Relações Exteriores, 1913, p.23-24).

Pouco depois da conclusão da compra dos bens do barão, foi inaugurada a Sala Rio Branco e disponibilizada para consulta parte da biblioteca do antigo ministro. Os livros instalados em uma das dependências do ministério, organizados por Gastão da Cunha, estavam dispostos em três estantes de jacarandá, tendo ao centro da sala uma mesa rodeada pelas cadeiras provenientes da sala de jantar da rua Westfália. A notícia publicada no Correio da Manhã ressalta a reverência prestada pelo Itamaraty: “Tudo ali, desde o objeto mais insignificante quanto ao seu valor intrínseco, até a obra mais rara, assinala e revive pontos da existência do ilustre brasileiro” (À memória do barão do Rio Branco vão ser hoje prestadas várias homenagens, 1916, ano 15, n. 6195, p. 3).

Há menção de que sua biblioteca tenha reunido mais de seis mil exemplares (Lins, 1965, p. 116), no entanto, o inventário mais recente do MRE contabiliza cerca de 1500. A ausência de um catálogo, a exemplo do caso de Ramos Paz (Bessone, 1999, p. 141-176), ou mesmo de um inventário no processo de aquisição, somados à demora para o tratamento do acervo, podem estar entre as justificativas para imprecisões de dados e possíveis perdas. Data de 1962 o catálogo mais antigo da Coleção Barão do Rio Branco (CBRB) identificado pela pesquisa.

Quanto ao Arquivo Particular do Barão do Rio Branco (ABRB), só na década de 1930 houve um esforço sistemático de organização, com posterior publicação do catálogo. Destaca-se uma edição de 1951, organizada por Aluizio Napoleão, com informações sobre os procedimentos realizados e o arranjo atribuído ao acervo. Diferente do caso de Capanema (Fraiz, 1998), não há registro de uma

organização ou de uma classificação desenvolvida por Rio Branco. A descrição inicial desse conjunto condiz com a imagem que se popularizou do seu escritório pela fotografia de Augusto Malta: um verdadeiro caos. A organização exposta no catálogo foi atribuída pela instituição. Apenas após esses tratamentos que se estimou o volume do arquivo, que compreende pouco mais de 20.500 itens.

Nota-se que uma das diferenças entre os itens que compõem uma coleção de arquivo ou de biblioteca reside no aspecto singular do documento arquivístico – ele é único, enquanto o livro, ou um número de periódico, é um exemplar da respectiva tiragem. Mas, em uma biblioteca particular, o item tem agregado o fato de ser parte de um conjunto – compor a coleção reunida por um sujeito o diferencia. O que pode ser acentuado quando constam anotações no exemplar, estando repleto de outras informações atribuídas pelo titular, tornando-se, então, um item único, tal qual o documento arquivístico.

Embora a simples presença de um livro em uma biblioteca particular não seja suficiente para afirmar que o titular o tenha lido, as anotações e marcações encontradas nas páginas desses exemplares apresentam claros indícios de suas preferências de leitura. A biblioteca reunida por Rio Branco não correspondia meramente a uma coleção de bibliófilo. A maioria dos seus livros estava ligada aos seus interesses de estudo e à sua atuação profissional. O barão tinha por hábito fazer apontamentos e marcações de leitura, o que resultou em um universo paralelo de notas em boa parte dos seus volumes. A partir dessas considerações, é possível ter a dimensão da singularidade tanto do ABRB quanto da CBRB como fontes para o estudo dedicado à sua trajetória e produção intelectual, podendo fornecer um perfil do leitor (Darnton, 1992), por reunir os dados sobre ‘quem’ e ‘o que’ esse sujeito lia.

O Arquivo Barão do Rio Branco

Enquanto alguns estudos biográficos carecem de fontes, a investigação dedicada a Rio Branco precisa lidar com um amplo acervo. O barão preocupou-se em arquivar a sua vida, tendo preservado, inclusive, um volumoso material para as obras que teria pretendido escrever um dia.⁸ Porém, ao mesmo tempo que fornece dados para a escrita biográfica, o arquivo tem suas armadilhas, afinal: “Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e a mais evidente é a de ser lido pelos outros” (Farge, 2009, p. 11-12). A dimensão

⁸ Sobre a “vontade de arquivar a própria vida” ver Artières (1998).

autobiográfica, mencionada ao longo deste artigo, deve ser considerada, e está profundamente ligada à seleção do titular daquilo que escolhe preservar e daquilo que prefere esquecer (e que seja esquecido).

A fotografia do gabinete de Rio Branco, capturada por Augusto Malta um dia após a morte do chanceler – já mencionada algumas linhas acima – revela amontoados de papéis e encadernados sobre mesas espalhadas em todo o ambiente. A imagem é um pequeno lembrete de que a organização do arquivo pessoal, na tentativa de estabelecer uma ordem, impõe uma interpretação do seu titular, afinal “o arquivo supõe o arquivista”. A própria notação arquivística pode ser entendida como um “jeito astucioso de domá-lo” sinalizando a “utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exaustivamente” (Farge, 2009, p. 11-12). A análise dessas fontes, tão caras ao estudo biográfico, deve considerar tais intervenções, para não reproduzir uma elaboração anterior.

É possível notar que a organização, exposta nos primeiros catálogos do arquivo Rio Branco (1951 e 1967), estava alinhada com a representação do homem Estado. Nas séries propostas, a atuação nas questões de delimitação de fronteiras e na gestão do Ministério das Relações Exteriores são elementos de destaque, assim como seu perfil intelectual. O que poderia haver de mais pessoal no seu arquivo acaba dissipado em classificações gerais. Esta documentação fica entre escondida e esquecida em meio aos maços das séries “Diversos” ou “Outros Assuntos”.

A revisão apresentada no catálogo de 2012 pouco altera o arranjo anterior. O maior ganho está no detalhamento dos itens, o refinamento da descrição evidencia alguns aspectos antes ignorados. Nos dois momentos, esses instrumentos são frutos, ou melhor, são viabilizados pelos projetos de comemorações. O primeiro impulsionado pelo centenário de nascimento de Rio Branco em 1945, e o segundo pelo centenário de morte, em 2012. Comemorações que estão profundamente relacionadas ao trabalho de memória em torno dessa personagem e da sua associação à memória institucional. Ou seja, as representações que derivam desses trabalhos correspondem, ou até poderia-se dizer, estão comprometidas com a interpretação oficial do patrono da instituição. O que não desmerece esses produtos, mas define o escopo a ser seguido e os limites a serem respeitados. E esses limites, normalmente, ficam dentro do traçado dos arranjos propostos.

Em paralelo, também devemos observar a concepção da coleção “Obras do Barão do Rio Branco”, editada pela primeira vez em 1945. Além dos volumes dedicados às Questões de Limite (I ao V), fazia parte da coleção as Efemérides

Brasileiras, e os volumes de Biografias, Estudos Históricos e Discursos.⁹ A temática que define os volumes da edição corresponde a muitas das séries do seu arquivo particular, o que também evidencia a associação entre o material de pesquisa reunido em seu acervo e a sua produção intelectual. Ora, se considerarmos que um arquivo pessoal corresponde ao conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por um indivíduo em função das suas atividades ao longo da sua existência, nada mais coerente do que a identificação desses subconjuntos. A questão é que, ao mesmo tempo, as atividades de um indivíduo não se restringem aos aspectos da vida pública, à sua atuação política ou à sua carreira. Esses elementos que foram priorizados nas organizações anteriores correspondem também às interpretações dos projetos biográficos dedicados ao barão na mesma época. Aqui faço referência direta à biografia encomendada em 1943, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao crítico literário Álvaro Lins, e publicada em 1945. Este foi o primeiro projeto biográfico elaborado com suporte dessas coleções, tendo o autor desfrutado do privilégio de acessá-las antes de sua disponibilização ao público.

É possível acompanhar a consolidação de uma narrativa que se torna predominante, marcada pela biografia encomendada, pela organização do seu arquivo (ABRB) e pela edição das Obras do Barão. Todos esses elementos conversam entre si, foram produzidos no mesmo contexto, vinculados a um mesmo projeto, e passaram a ser referências consideradas incontornáveis na bibliografia sobre Rio Branco.

Retomando os catálogos, se a edição de 2012 já trazia resultados vinculados aos avanços das práticas arquivísticas quanto à descrição do acervo, uma nova revisão em andamento – no bojo do projeto de tratamento dos acervos,¹⁰ – ao propor um novo arranjo, evidencia o potencial do conjunto documental, que, tal como seu titular, reúne características diversas, congrega perfis interpretativos, de modo que sinaliza outras possibilidades de leitura. A apreciação do histórico do tratamento desse acervo e a elaboração dos instrumentos de pesquisa evidenciam o aspecto interpretativo vinculado ao trabalho dos arquivistas e técnicos responsáveis pela concepção do arranjo. O arquivo reúne, ao mesmo tempo, elementos autobiográficos (o que Rio Branco escolheu guardar e documentos

9 A primeira edição desta coleção reúne nove volumes, publicados entre 1945 e 1948. Uma segunda edição, revista e aumentada, foi publicada em 2012, composta por dez volumes.

10 Do período da pesquisa 2019-2023 até o momento (dezembro de 2024), estão em andamento o projeto de tratamento dos acervos e a realização de obras nas edificações do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde estão armazenados os acervos do barão do Rio Branco.

como exemplares de “escritas de si”) e biográficos (seleção e organização por outrem).

Conforme dados do catálogo de 2012, o Arquivo Particular do Barão do Rio Branco reúne 20.549 itens, que apareciam descritos da seguinte maneira: I. Correspondências (16.317 itens); II. Relações exteriores (585 itens); III. Limites (1.004 itens); IV. Estudos Históricos (1.848 itens); V. Outros (795 itens) (Arquivo Histórico do Itamaraty, 2012). Segundo informações de 2022, o estudo da revisão em andamento propõe alterar de forma significativa a estrutura do arranjo, que passaria de cinco para dez séries, de modo que a classificação “Outros Assuntos” seria extinta. Há a proposta de criação de algumas séries equivalentes, como no caso da “II. Relações Exteriores” e seus correspondentes “5. Atividade Diplomática” e “6. Atividade como Ministro”. A série “IV. Estudos Históricos” teria como equivalente a “7. Produção Intelectual”. A maior diferença está na proposta de criação da série “1. Documentos pessoais”, a maioria dos elementos que a compõem estava identificada anteriormente em “V. Outros Assuntos” (Arquivo Histórico do Itamaraty, 2022)¹¹

Considerando o período do estudo inicial (2018) e que a mencionada revisão ainda não foi concluída, observo que a análise apresentada foi realizada a partir do Catálogo de 2012, tendo como foco as séries “Estudos Históricos” e “Diversos”. Esta seleção tinha como objetivo relacionar a documentação e especificamente as anotações de Rio Branco com os textos que produziu. Os cadernos de notas, presentes entre os documentos “Diversos”, complementam o universo de apontamentos do barão ao longo das suas pesquisas. Do mesmo modo, foram selecionados itens de “Correspondências” considerando os principais interlocutores sobre seus estudos.¹²

Cabe ressaltar a relevância de certos conjuntos documentais do ABRB. O conjunto denominado “Biografias” constitui um exemplo do seu método de pesquisa, e ajuda a compreender uma das formas de abordagem do elemento biográfico no processo de análise de Rio Branco. Este material guarda relação direta com os textos que produziu, correspondendo a 192 pastas nominais, reunidas em onze maços. É possível observar que notas ou notícias biográficas,

11 Os catálogos do arquivo do barão do Rio Branco mencionados correspondem a instrumentos de pesquisa impressos pelo setor de arquivo e disponibilizados na sala de consultas para pesquisadores.

12 A fim de evitar que as notas excedam os limites do presente artigo, cito apenas a correspondência de Rio Branco com Capistrano de Abreu; barão Homem de Melo; Graciano Azambuja; Rodolfo Dantas; barão de Alhandra; e Gusmão Lobo, ressaltando a importância destas cartas para a compreensão da rede de cooperação intelectual estabelecida pelo barão.

por vezes, foram produzidas por copistas ou amigos em seu auxílio. Em outros casos, correspondem a dados reunidos a partir de memórias de familiares, enviados a pedido de Rio Branco. Há cartas que registram essas solicitações e o relato de informações prestadas pelos familiares. Outras foram produzidas pelo próprio barão a partir de seus apontamentos.

As duas volumosas pastas sobre o visconde do Rio Branco têm relação direta com a biografia que Paranhos Júnior escreveu sobre a vida de seu pai (1880-81), constando, inclusive, os manuscritos do texto. Em menor quantidade, mas ainda assim em volume expressivo, são os itens reunidos acerca do imperador D. Pedro II, com destaque para os recortes da coluna “Cartas de França”, publicada no Jornal do Brasil, escrita pelo barão que assinou como Ferdinand Hex. A matéria corresponde ao relato dos funerais do imperador exilado, tema predominante entre os demais recortes preservados na pasta.

Ao examinar os nomes presentes na série, fica evidente o vínculo entre o material compilado e os textos elaborados por Rio Branco. Cinquenta e sete correspondem a figuras mencionadas nos escritos biográficos, sendo trinta delas citadas especificamente no artigo sobre o almirante James Norton, publicado no Jornal do Commercio, em 12 de outubro de 1911, sob o pseudônimo Bernardo Faria. Um número ainda maior está relacionado às Efemérides Brasileiras, onde constam oitenta e seis menções. Já nos textos identificados como Estudos Históricos, foram encontradas referências a vinte e nove nomes. Assim, 109 desses personagens aparecem em ao menos um dos textos de Rio Branco, sendo dezoito compartilhados entre as três categorias (Biografias, Efemérides Brasileiras e Estudos Históricos), e todos são identificados pela atuação militar. O exame do conjunto evidencia que essa documentação, ligada ao projeto de escrita da história militar, foi fundamental para a elaboração dos trabalhos que Rio Branco produziu.

A Coleção Barão do Rio Branco

As anotações de pesquisa do barão do Rio Branco não se restringem aos itens do seu arquivo pessoal, também estão presentes e são características da sua biblioteca. Os apontamentos parecem se multiplicar pelos espaços em branco e se desdobrar pelos papéis colados junto à encadernação dos livros. Esse volume expressivo de notas permite acompanhar muitas das suas leituras e identificar relações com os textos que redigiu. Antes de relacionar algumas das informações

presentes nos exemplares, cabe observar as dificuldades em conhecer de forma integral e precisa a referida coleção.

Para apreciação da CBRB foram analisados os seguintes instrumentos de pesquisa, localizados junto à Biblioteca Histórica do Itamaraty: 1. Catálogo da coleção elaborado por Armando Brito de Souza, que identificou 1.686 títulos, assinalando os itens anotados pelo barão (Souza, 1962); 2. Livro de Tombo da Coleção, produto do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Fundação Alexandre de Gusmão, que registrou 2.291 volumes (Centro de História e Documentação Diplomática, 2001-2002); 3. Descrição da CBRB no Banco de dados Pergamum, em que foram identificados 1.548 títulos, assinalando os itens anotados pelo barão.¹³ Em publicação de 1951, Marco Romero comenta sobre a importância da aquisição de coleções para a Biblioteca Histórica do Itamaraty, mencionando que “A coleção Varnhagen somava 4.413 obras e 4.156 volumes e a do Barão do Rio Branco possuía 1.480 obras e 1.778 volumes” (Romero, 1951, p. 5). A diferença dos dados apresentados aponta as dificuldades impostas em função do alargado lapso temporal entre a aquisição e o tratamento do acervo.

As anotações nos exemplares e informações registradas em diferentes fontes permitem identificar alguns aspectos que orientaram as escolhas de Rio Branco e ajudam a contar um pouco da história desta coleção. O Juca Paranhos, como era conhecido na juventude, costumava assinar e datar os livros que adquiria. Prática abandonada com o tempo, acabou substituída pela marcação do *ex-libris* que escolheu para sua biblioteca. Os exemplares que preservam o registro inicial oferecem indícios de leituras da época de estudante, correspondendo às aquisições dos anos 1860 – títulos que confirmam a predileção pelos estudos históricos e ainda podem ser relacionados a alguns dos textos que publicou. A maioria desses livros corresponde às publicações de história, com destaque para os volumes dedicados à história do Brasil e também àqueles sobre a Inglaterra e a França.

Alguns estão relacionados às leituras curriculares, como o “Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil adotado no Colégio Pedro II, nos Liceus e Seminários do Império” e do “Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará”, ambos de Thomas Pompeu Souza Brasil. Do mesmo modo,

13 As informações sobre a Coleção do Barão do Rio Branco, descritas no banco de dados Pergamum, foram coletadas entre 2019 e 2020. Em razão do tratamento do acervo, a ferramenta encontra-se indisponível.

encontram-se exemplares de direito, e especificamente de direito comercial, que acompanharam os estudos nos anos da faculdade.

Além das notas de Juca Paranhos, esses exemplares conservam lembranças de amizades, como o registro na folha de guarda do “*Correspondance de Don Pédre Premier, Empereur Cosntitutionnel du Brésil...*” em que se lê: “Oferecido por L. F. da Veiga a seu amigo e colega José Maria da Silva Paranhos Júnior em 13/08/1861.” No mesmo ano, A. J. de Souza ofereceu ao companheiro os nove tomos das “Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil” de Pizarro, publicados entre os anos de 1820 e 1822. Já a “História da fundação do império”, de Pereira da Silva, acompanhou a mudança de Paranhos Júnior para Recife, no último ano da faculdade.¹⁴ Entre as anotações presentes nas páginas do livro, encontram-se algumas efemérides da guerra do Paraguai. Destacam-se ainda as censuras que faz ao autor, tendo escrito em uma página do livro “História do Brasil de 1831 a 1840”, o seguinte comentário: “(...) escritor que improvisa e inventa em todas as intituladas Histórias que publica” (Fischer, [1945]b, v.1, p. 147). Comentários similares cheios de ironia podem ser encontrados em diversas obras.

A viagem que Juca Paranhos realizou pela Europa, entre março de 1867 e janeiro de 1868, pode ser acompanhada pelos guias de viagem que guardou junto aos seus livros. Da conhecida coleção Guides-Joanne, o exemplar “*Guide du voyageur a Londres et aux environs*”, de Elisée Réclus, conserva a assinatura do jovem Paranhos, que escreveu nas folhas finais sobre encomendas de roupas e sapatos em Londres e em Paris, bem ao estilo aristocrático que imprimiu à sua imagem. Além do lazer do *grand tour*, aproveitou ainda a ocasião para adquirir os livros “*A description of works relating to America published between the Years 1492 and 1551 (Bibliotheca Americana Vetustissima)*” de Henry Harrisse – que, aliás, é o autor com maior número de obras na CBRB –, e “*Les Hollandais au Brésil, Notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVIIe. Siecle (1853)*”, de P. M. Netscher.

As anotações de Rio Branco à referida publicação de Netscher foram aventadas por José Honório Rodrigues para serem editadas, nos moldes dos comentários à obra “A guerra da Tríplice Aliança”, de Louis Schneider, conforme publicados pelo barão em 1875-1876. O projeto de Rodrigues não chegou a ser realizado, mas os comentários registrados por Rio Branco no seu exemplar da

¹⁴ Obra publicada entre 1864 e 1868, com gravação de sinete seco com a identificação “S. Paranhos Júnior”, além de assinatura no tomo IV datada de 03/02/1866.

“História da Guerra do Paraguai”, de Theodore Fix, foram divulgados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1960. Nota-se que o interesse despertado pelas anotações presentes nos exemplares da CBRB orientou algumas publicações.

As leituras curriculares do jovem Paranhos aparecem marcadas pela pena inquieta do estudante. Ao mesmo tempo em que fazia anotações da rotina escolar, como a lista dos professores do seu 5º ano, se distraía com pequenos desenhos. Nunca abandonou essa prática da juventude, manteve o costume de preencher os espaços vazios dos seus livros e papéis avulsos com desenhos e caricaturas encontradas com frequência no acervo.

A identificação de outras marcas de proveniência ajuda a conhecer um pouco mais a constituição da CBRB. Uma delas se destaca das demais: refiro-me aos livros que herdou do seu pai. Ainda que parte da documentação do inventário do visconde do Rio Branco tenha sido identificado ao longo da pesquisa, algumas lacunas não permitem precisar todos os itens que Paranhos Júnior selecionou da biblioteca de seu pai.¹⁵ Contudo, por meio de dedicatórias e do ex-libris do visconde, é possível conhecer a maioria dos volumes incorporados à biblioteca do barão. Escolhas que parecem ter sido definidas pelos interesses de estudo mais do que pelo valor da obra. Aliás, se a situação financeira da família impunha a necessidade do leilão dos bens do Conselheiro Paranhos, não faria sentido ficar com os itens de maior valor.

Assim, Paranhos Júnior enriqueceu a sua coleção particular com as obras dos juristas Victor Alexis Désiré Dalloz e Samuel von Pufendorf, além dos livros do historiador e biógrafo francês Jean-Baptiste Capefigue e do trabalho sobre literatura brasileira de Ferdinand Wolf, o qual considerava pioneiro do gênero.¹⁶ O interesse pelo mencionado jurista alemão confirma-se ainda pela presença de uma gravura de von Pufendorf moldurada na casa de Rio Branco em Petrópolis. Esses exemplares não foram escolhidos para enfeitar estantes, muitos deles estão repletos da típica anotação de leitura do barão e ainda podem ser identificados entre as referências de seus textos.

Como é o caso da “Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras”, de Pereira Pinto, publicação de direito

¹⁵ Conforme estipulado em testamento pelo visconde do Rio Branco, seus herdeiros puderam escolher exemplares de sua biblioteca. Paranhos Júnior selecionou cinquenta volumes. Em outro artigo, ainda em andamento, faço uma análise mais detalhada desta coleção.

¹⁶ Trata-se da publicação *“Le Brésil littéraire”*, de Ferdinand Wolf, publicada em Berlim (1863). O comentário de Paranhos Júnior foi publicado no jornal A Nação (RJ), em 27/2/1874.

internacional com marcações e notas sobre *uti possidetis*, que, além de constar entre as referências da biografia do visconde escrita por seu filho em 1881, seria mencionado em um artigo publicado em 1906.¹⁷ Do mesmo modo, destaca-se o “*Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay*”, de Antônio Deodoro Pascual, mencionado no “Episódios da guerra do Prata”, nos “Esboço biográfico do barão do Cerro Largo” e nos “Apontamentos para a história militar”, além de outros artigos de imprensa dedicados ao tema. A predileção pela história também justifica a escolha dos livros de Pierre-François-Xavier de Charlevoix e de Pedro Lozano sobre o Paraguai, ou ainda as publicações que tratam de aspectos das guerras ao sul.

É pela afeição ao pai que escolheu preservar alguns livros, como “O acordo de 20 de fevereiro”, que reúne os artigos publicados por José Feliciano de Castilho, em defesa do visconde, à ocasião da demissão de 1865. Ou ainda a coleção “Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e Senado” que, segundo consta em nota, foi organizada e publicada por Paranhos Júnior, em 1871.

O conjunto assinala a projeção do visconde na trajetória intelectual de seu filho, que, além de selecionar leituras, também escolheu lembranças que gostaria de guardar de seu pai. No volume “Constituição política do Império do Brasil”, o barão anotou na primeira folha de guarda: “Este exemplar da Constituição do Império e do Ato Adicional pertenceu ao visconde do Rio-Branco. Ele o tinha sempre consigo nos últimos anos de sua vida. Trazia-o sempre no bolso” (Fischer, [1945]b, v.1, p. 328). As notas evidenciam que não se tratava simplesmente de um livro, era um item pessoal carregado de outros significados.

Ainda que haja outros aspectos que complementam as informações sobre a formação da biblioteca particular de Rio Branco, cabe avançar sobre a contribuição dos exemplares para análise da produção intelectual do barão. Nesse sentido, destaca-se tanto a associação entre a coleção e as referências presentes nos textos que publicou, quanto as anotações presentes nos exemplares da coleção.¹⁸ Por ocasião das comemorações pelo centenário do nascimento do barão, em 1945, João Guilherme Fischer reuniu dados sobre todas as obras

17 Trata-se do artigo “Brasil, Estados Unidos e Monroísmo”, publicado sob pseudônimo J. Penn no *Jornal do Commercio* (RJ), em 12/05/1906.

18 Sobre esta última observação, vale destacar que, diante de restrições de acesso ao acervo no momento da pesquisa, a disponibilização dos manuscritos do levantamento realizado por João Guilherme Fischer viabilizou boa parte do trabalho. João Guilherme Fischer (1876-1952) pertencia aos quadros do Itamaraty, foi vice-cônsul em Cobija, Chile, em 1909; serviu no gabinete do Barão do Rio Branco até 1911; em Paris de 1911 a 1934, e no Itamaraty 1934-1944.

anotadas por Rio Branco pertencentes à CBRB. O levantamento foi consolidado no texto “Introdução às anotações do barão do Rio Branco”, em que contabiliza os apontamentos, além de notas e documentos colados e apensos, que identificou nos livros: “O presente trabalho resulta do estudo de 1157 obras de 966 autores, em cujas 1848 volumes foram anotadas 27.458 páginas, acrescidas de 594 notas coladas e mais 767 soltas” (Fischer, [1945]a, p. 1). Em três volumes intitulados “Os livros anotados pelo Barão do Rio Branco”, Jango Fischer oferece extratos das anotações do barão, assim como parte dos documentos preservados junto às obras. Por fim, ele organizou um volume com os índices dos livros anotados.¹⁹

Através deste levantamento e das informações compiladas, foi possível acessar dados importantes que permitem relacionar leituras, pesquisas e os textos que Rio Branco produziu. Dada a importância que a obra de Francisco A. de Varnhagen assume na formação e produção de Paranhos Júnior, vale destacar estas referências, sendo este um indicativo da utilização dessas obras. Entre os seus apontamentos, Fischer observa que centenas de páginas, dos nove títulos de Varnhagen presentes na CBRB, são acompanhadas pelas notas do barão. Dos quais o pesquisador destaca a “História das lutas dos holandeses no Brasil de 1624-1654”, livro que conta com mais de 230 páginas repletas de anotações, acrescidas de notas coladas ou costuradas. Questão ilustrada pela descrição das folhas de rosto e de guarda preenchidas com dados de pesquisa contendo, inclusive, informações biográficas, como as anotações referentes ao conde Bagnoli.

Correções e outros apontamentos complementares se estendem pelas volumosas notas. Por vezes, Rio Branco identifica as fontes utilizadas pelo historiador que não foram mencionadas por Varnhagen, como no trecho em que assinala “Tudo isto é cópia do resumo da carta de Nassau” (Fischer, [1945]b, v. 1, p. 32). Em outros casos, censura os dados utilizados pelo autor. A visão que Juca constrói do passado nacional é tributária dessas obras e, embora avance na pesquisa documental, é, em grande medida, orientada pelo mesmo método. As citações e ratificações apareceriam em maior quantidade após o aprofundamento dos estudos e pesquisas nas décadas de 1870 e 1880. Exemplos de como as referidas notas às obras de Francisco A. de Varnhagen se multiplicam nos exemplares da

19 O trabalho de Jango Fischer seria lançado como parte das publicações comemorativas de 1945, promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Esta edição estava prevista, inclusive, em um dos relatórios da comissão responsável pelas atividades daquele ano. Contudo, não há registro de que tenha sido efetivada. É possível que o volume expressivo tenha inviabilizado a publicação. Nos manuscritos de Jango Fischer, depositados na Biblioteca Histórica do Itamaraty, consta uma nota de doação datada de 17/09/1965, pouco mais de dez anos após a sua morte, em 1952.

CBRB, fornecendo importantes vestígios que contribuem para estudos dedicados aos textos produzidos por Rio Branco.

A predileção por personagens militares, assinalada pelos primeiros esboços biográficos que publicou, é reiterada pelo volume de estudos do gênero reunidos na sua biblioteca. Muitas dessas obras, repletas de marcações e anotações nas margens das páginas, carregam os registros de leitura do seu titular. A CBRB soma mais de cem títulos dedicados à história de vida de personagens, majoritariamente militares. Publicações, de características diversas, editadas em diferentes idiomas, variam entre biografias, escritos autobiográficos, galerias de homens ilustres, além de dicionários biográficos.

Entre os exemplares da sua biblioteca há uma incidência expressiva de títulos que reúnem notícias biográficas. Obras de referência que acompanhavam seus estudos, as quais complementava e atualizava com as informações que conseguia coligir. Os dicionários biográficos de Sacramento Blake e Inocêncio contam com algumas dessas ratificações. As biografias presentes na Revista do IHGB também figuram entre as leituras e referências utilizadas por Rio Branco. A seção dedicada à “biografia de varões ilustres” é acompanhada por marcações em diversos números. Vale ressaltar que a seleção de personagens “distintos por letras, armas e virtudes”, conforme impressa nas páginas da Revista, refletia o projeto do Instituto e, em muitos casos, mantinha seu olhar em um passado distante capaz de apaziguar as contestações recentes, diluindo indícios de ruptura e reforçando a continuidade e evitando possíveis constrangimentos com personagens ainda atuantes. O que reafirmava a proposta de uma identidade articulada por uma “retórica da nacionalidade” (Cezar, 2003, p. 75), onde a biografia é utilizada como recurso para elaboração de um passado comum que engloba personagens brasileiros e portugueses.

Por certo, as biografias se configuram como uma das frequentes formas de leitura sobre o passado que informavam o barão do Rio Branco. Personagens que ele acompanhou tanto nos textos biográficos quanto pelos documentos que coligiu em suas pesquisas de história militar. No artigo dedicado a Luís Barroso Pereira, recorre, pela primeira vez, ao elemento biográfico. Recurso que aparece mais desenvolvido no Esboço biográfico de José de Abreu, publicado, justamente, na Revista do IHGB. Já nas primeiras linhas fica evidente o perfil que Paranhos Júnior pretende ressaltar do seu personagem. Do mesmo modo, destacam-se os textos que redigiu sobre James Norton (1911) e o visconde do Rio Branco (1881),

além de verbetes biográficos publicados na *Grande Encyclopédie* francesa e necrológios divulgados em jornais da época.²⁰

Considerações Finais

Ainda que Rio Branco não tenha dedicado o mesmo esforço de Gustavo Capanema na sistematização do seu acervo, é marcante a preocupação em reunir e guardar. O volume expressivo das suas coleções exige fôlego e condiz com o perfil do grande erudito, aspecto da autoimagem trabalhada pelo barão e divulgada por seus contemporâneos e seguidores. Através dessas manifestações, as coleções se configuraram como exemplares do conhecimento alardeado em sua época e reiterado nas referências dos seus biógrafos.

No caso Capanema, a análise de Priscila Fraiz defende que o arquivo do ex-deputado se tornou o seu projeto autobiográfico, devido à sistematização a qual se dedicou na ordenação das fontes, tendo a escrita das suas memórias permanecido fragmentária em seus esboços. Nas coleções de Rio Branco, não há uma intenção manifesta de produção de memórias. Foi em razão dos projetos de história militar e diplomática, que reuniu o seu acervo.

O barão não se furtou em divulgar o conjunto que havia reunido, chegando a anunciar que possuía no seu arquivo particular, em Petrópolis, “preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888” (Rio Branco, 2012, v. 7, p. 121). Outras manifestações também contribuíram para aumentar as expectativas sobre o arquivo de Rio Branco. Se tornou célebre o comentário de seu amigo, Eduardo Prado, em que afirmava que o mundo de notas coligidas pelo barão permitiria que ele publicasse um livro que seria um “monumento de história do Brasil”. Isso porque, segundo Prado, o barão do Rio Branco teria sempre em alguma gaveta a última palavra sobre qualquer assunto brasileiro (Prado, 1897).

Sem concluir as prometidas histórias, o acervo se convertia na sua maior obra. Após a morte de Rio Branco, não tardou para surgirem publicações de manuscritos localizados nas gavetas do seu arquivo. Assim, foram divulgados textos na Revista Americana e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vale lembrar que entre esses inéditos constava a “História da Independência” de Francisco A. de Varnhagen, cujo manuscrito o barão detinha,

20 O necrológio do conde de Porto Alegre, publicado no jornal A Nação (RJ), em 1875, e de Eduardo Lemos, publicado no jornal *Le Brésil* (Paris) e traduzido pelo Jornal do Commercio (RJ), em 1884, exemplificam o caso.

pelo menos, desde 1889,²¹ e havia complementado com suas típicas anotações e comentários.

O aspecto fragmentário dos esboços de Capanema encontra certo paralelo no “mundo de notas” reunido por Rio Branco, e ambos demonstram o descompasso entre os projetos, as expectativas, o que cada um realizou e o que ficou inacabado. A escrita fragmentária típica das Efemérides ou das notas de rodapé, na revisão de trabalhos como das Histórias de Varnhagen e de Louis Schneider, juntamente com as anotações no seu arquivo e biblioteca, podem ser consideradas parte significativa da sua obra.

Não há valor de item que se justifique sem conhecer todo esse conjunto. Seja em Capanema ou Rio Branco, persistem histórias inacabadas, tanto das obras que se perderam na promessa dos titulares quanto nas possibilidades de leituras e escritas dedicadas às suas vidas. A apreciação do acervo a partir da proposta biográfica centrada na trajetória intelectual demonstra possibilidades de abordagem para além do escopo restrito ao perfil do homem de Estado.

Referências

À MEMÓRIA DO BARÃO DO RIO BRANCO VÃO SER HOJE PRESTADAS VÁRIAS HOMENAGENS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 15, nº 6195, 10 fev. 1916, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=26878. Acesso em: 10 dez. 2024.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Catálogo do Arquivo Particular do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Catálogo do Fundo do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. Publicações Técnicas, n. 55. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-33, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**,

21 Francisco A. de Varnhagen faleceu em 1878 sem ter publicado a “História da Independência”. Não é possível precisar como e quando Rio Branco teve acesso aos manuscritos do historiador. Utilizo o ano de 1889 por ser a data em que o barão referenciou pela primeira vez a obra, constando remissivas nos textos que produziu, naquele ano, no âmbito da Exposição Universal de Paris.

Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BELLOTTO, Heloisa. Arquivos Pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo com Terry Cook. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2063>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Comentários à palestra “Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC”, proferida pela Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo. **Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico**. Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5 e 6 de novembro de 2007.

BESSONE, Tânia. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-192.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998, p. 43-58. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CARVALHO, Elizabeth Santos de. **O barão do Rio Branco: histórias inacabadas**. 2024. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), Rio de Janeiro, 2024.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Livro de tombo da coleção do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Itamaraty, 2001-2002.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil XIX. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3 jan.-jun. 2003.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 199-236.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

FISCHER, Jango. **Introdução às anotações do Barão do Rio Branco**. [Rio de Janeiro]: [s. n.], [1945]a.

FISCHER, Jango. **Os livros anotados pelo Barão do Rio Branco, v. 1**. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1945]b.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>. Acesso em: 07 jun. 2023.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos Pessoais e a escrita da História: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018, p. 97-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (biografia)**. 2. ed. Coleção Brasileira, vol. 325. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). **Relatório do Ministro das Relações Exteriores, 1913**. Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/854-relacao-de-moveis-e-objetos-da-casa-do-barao-do-rio-branco-petropolis-1914>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: FBN, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-fbn>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PRADO, Eduardo. O barão do Rio Branco. **Revista Moderna: arte e letras**, ano 1, n. 11, Paris, 15 dez. 1897, p. 333-336.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do. **Obras do barão do Rio Branco, v. 7**. Brasília: FUNAG, 2012.

ROMERO, Marcos. **Notícia histórica sobre a Biblioteca do Itamaraty**. [Rio de Janeiro]: Ministério das relações exteriores, Serviço de documentação, [1951].

SOUZA, Armando Brito de. **Catálogo da coleção Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: MRE. Divisão de Documentação. Biblioteca, 1962.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.